

JOSÉ HENRIQUE MOUTA ARAÚJO

ESTUDOS DE DIREITO PROCESSUAL



Belém
2013

Todos os direitos reservados ao Autor

Editora Paka-Tatu
Rua Oliveira Belo, 386, salas 8 e 9
Umarizal, CEP: 66050-380, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5403
contato@paka-tatu.com.br
www.editorapakatatu.com.br

Projeto editorial
Editora Paka-Tatu

Editoração eletrônica
Ione Sena

Revisão
Rodrigo Gerdulli

Capa
Ione Sena

Ficha catalográfica
Ana Negrão do Espírito Santo

M934e Araújo, José Henrique Mouta

Estudos de Direito Processual / José Henrique Mouta Araújo.
_ Belém: Paka-Tatu, 2013.

356 p.

ISBN: 978-85-7803-134-3

1. Processo civil – Brasil 2. Processo civil – Portugal I. Título

CDD: 341.46

Sumário

| | |
|--|-----------|
| I AS REFORMAS NO SISTEMA EXECUTIVO LUSO-BRASILEIRO: DA DESJUDICIALIZAÇÃO À AMPLIAÇÃO DOS PODERES DO JUIZ | 17 |
| i. Introdução | 17 |
| ii. Fundamentos para as reformas na execução luso-brasileira | 21 |
| a. Os princípios constitucionais ligados à execução: breves palavras sobre o devido processo legal, inafastabilidade da jurisdição, efetividade e duração razoável do processo | 21 |
| b. Os dados estatísticos da movimentação forense e dos processos pendentes: justificativa para as reformas? | 37 |
| iii. As alterações ocorridas em 2008 na execução portuguesa: a desjudicialização e a diminuição do tempo do processo como instrumentos de qualificação da tutela jurisdicional em favor do autor | 42 |
| a. Indicativo das reformas ocorridas no sistema português – o regime processual experimental e a cooperação | 42 |
| b. As reformas ocorridas na execução em 2003: da criação de tribunais de execução e da desjudicialização | |

| | |
|---|----|
| com redistribuição de competência – o papel do agente e solicitador da execução | 48 |
| c. As reformas ocorridas em 2008/2009: a ampliação dos poderes e dos legitimados a atuar como agentes de execução | 57 |
| c.1. Objetivos desta etapa da reforma – as frustrações em relação às pretensões de 2003 | 57 |
| c.2. Natureza, função e poderes do agente de execução. Papel do credor na indicação e substituição do agente .. | 64 |
| c.3. Outros aspectos relevantes da reforma do CPC português de 2008 | 71 |
| c.3.i) Poderes do juiz e a necessidade de fiscalização do agente em <i>todas as execuções</i> : a responsabilidade civil decorrente dos danos e erros | 71 |
| c.3.ii) Institucionalização da arbitragem na ação executiva: sua (in)constitucionalidade | 78 |
| c.3.iii) Criação da câmara de eficácia da execução e alterações no Estatuto da Ordem dos Advogados | 82 |
| c.3.iv) Subreendividamento | 83 |
| c.3.v) Medidas de caráter preventivo para evitar demandas desnecessárias | 84 |
| iv. Reformas na execução brasileira – o problema do tempo de duração do processo e da melhoria da tutela jurisdicional pretendida pelo autor | 86 |
| a. O problema do tempo e os títulos executivos. Técnicas para abreviar a solução dos conflitos executivos | 86 |
| b. O cumprimento de sentença – modificações visando à melhoria da prestação jurisdicional em favor do autor .. | 88 |

| | |
|---|-----|
| b.1. A desnecessidade de provocação e reflexões envolvendo a multa | 91 |
| b.2. O regime de opção quanto ao juízo competente para o cumprimento | 93 |
| b.3. A retirada do efeito suspensivo da impugnação e encerramento dos embargos à execução. O poder geral de cautela do juiz | 95 |
| c. Alterações ocorridas na execução de títulos extrajudiciais preocupadas com a melhoria da prestação jurisdicional | 101 |
| c.1. O início da execução por título extrajudicial: poderes do autor e do juiz | 102 |
| c.2. Defesa na execução de título extrajudicial: efeito suspensivo judicial e demais atitudes possíveis | 107 |
| c.3. Atos de penhora e poder do juiz. Alterações na fase final da execução e do cumprimento de sentença: a relativa desjudicialização com a alienação particular | 111 |
| v. Reflexões finais: análise comparativa entre as reformas portuguesa e brasileira – aspectos comuns e diferenciados | 117 |

II A EFICÁCIA DA DECISÃO ENVOLVENDO A REPERCUSSÃO GERAL E OS NOVOS PODERES DOS RELATORES E DOS TRIBUNAIS LOCAIS ... 139

| | |
|---------------------|-----|
| i. Introdução | 139 |
|---------------------|-----|

| | |
|---|---------|
| ii. Tentativa de conceituação da repercussão geral. Análise dos aspectos <i>objetivo</i> e subjetivo envolvendo a <i>questão constitucional</i> | 141 |
| iii. Repercussão geral como requisito de admissibilidade diferenciado – os novos poderes do relator e do tribunal local. A análise por amostragem | 149 |
| III PROCESSOS REPETITIVOS E O DESAFIO DO JUDICIÁRIO: RESCISÓRIA CONTRA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL | 163 |
| i. Introdução | 163 |
| ii. Ampliação genérica da força dos precedentes: dos internos aos do STF | 166 |
| iii. O desafio dos precedentes infraconstitucionais: o julgamento dos processos repetitivos no STJ. O futuro do judiciário | 171 |
| iv. Mitigação da súmula 343 do STF – rescisória contra interpretação constitucional divergente do STF | 175 |
| v. Julgamento dos casos repetitivos pelo STJ e a ampliação do cabimento de rescisória. O desafio do Judiciário | 179 |
| vi. Referências | 186 |

| | | |
|-----------|---|------------|
| IV | NOVAS LINHAS SOBRE O JULGAMENTO DOS RECURSOS ESPECIAIS POR AMOSTRAGEM: A RESOLUÇÃO 8 DO STJ | 189 |
| | i. Delimitação do tema | 189 |
| | ii. Recursos múltiplos – dificuldade conceitual | 190 |
| | iii. Competência para iniciar e julgar o procedimento do caso-piloto | 194 |
| | iv. Aspectos procedimentais de acordo com a resolução do STJ | 198 |
| | a. Afetação, suspensão dos casos repetidos e intervenção de terceiros | 198 |
| | b. Reflexos no julgamento e poderes aos tribunais locais | 202 |
| V | NOTAS SOBRE O EFEITO SUBSTITUTIVO DO RECURSO E SEU REFLEXO NA AÇÃO RESCISÓRIA | 207 |
| | i. Introdução. Efeitos dos recursos: natural preponderância do efeito devolutivo | 207 |
| | ii. Aspectos gerais envolvendo o efeito substitutivo – sua limitação ao campo da devolutividade | 217 |
| | iii. Outro enfoque sobre o efeito substitutivo do recurso e da competência para a rescisória. Substituição somente em relação aos argumentos recorridos | 221 |

| | |
|--|------------|
| VI A EXECUÇÃO DE QUANTIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA APÓS AS REFORMAS PROCESSUAIS: ASPECTOS PROCEDIMENTAIS . | 227 |
| i. Aspectos iniciais | 227 |
| ii. A nova definição de <i>execução definitiva</i> pela Lei 11.382/06 para os títulos extrajudiciais – necessidade de análise sistemática | 229 |
| iii. Execução provisória de título definitivo – inaplicabilidade da nova sistemática nos casos envolvendo demandas de quantia contra a fazenda pública | 234 |
| iv. Outros argumentos demonstrando a necessidade de concessão de efeito suspensivo incondicional aos embargos e aos recursos interpostos pela fazenda pública no procedimento executivo pecuniário | 238 |
| a. Procedimento especial executivo – inexistência de penhora | 239 |
| b. Efeito suspensivo sempre existente nos embargos e nos recursos eventualmente interpostos | 240 |
| c. Impossibilidade de execução provisória. Inaplicabilidade de qualquer alteração a ser dada ao art. 520 do CPC | 240 |

| | |
|---|----------------|
| VII NOTAS SOBRE AS MODALIDADES DE <i>DEFESA</i> DO EXECUTADO NO CUMPRIMENTO INTERNO DE DECISÃO JUDICIAL E NA EXECUÇÃO AUTÔNOMA | 243 |
| i. Introdução. As novas alterações processuais: cumprimento de sentença e execução autônoma | 243 |
| ii. Impugnação (aspectos cognitivos e concessão de efeito suspensivo) | 244 |
| iii. Embargos do devedor na execução contra a fazenda pública (restrição cognitiva e efeito suspensivo legal) | 252 |
| iv. <i>Defesa</i> na execução de título extrajudicial (ampliação cognitiva e efeito suspensivo judicial) | 255 |
| v. Manutenção do cabimento da objeção de pré-executividade no cumprimento e na execução autônoma. Limitação de sua utilização | 258 |
| VIII TUTELA ANTECIPADA, SEUS MOMENTOS E O MEIO RECURSAL CABÍVEL DIANTE DAS NOVAS REFORMAS PROCESSUAIS | 261 |
| i. A intenção das recentes reformas processuais – a tentativa de superação dos obstáculos à celeridade na solução do litígio | 261 |
| ii. A tutela antecipada: seus momentos e o recurso cabível | 264 |

| | |
|---|---------|
| a. Tutela antecipada concedida <i>initio litis</i> : juízo de cognição sumária e falta de interesse recursal para manejo de agravo retido | 264 |
| b. Tutela antecipada na sentença – cabimento de apelação com pedido de efeito suspensivo <i>também</i> neste capítulo | 267 |
| c. Tutela antecipada concedida na audiência de instrução e julgamento | 270 |
| IX AÇÃO CIVIL PÚBLICA E O CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS: OUTROS ARGUMENTOS . | 273 |
| i. Aspectos introdutórios | 273 |
| ii. Ação civil pública e o controle do ato administrativo (legalidade ou mérito?) | 274 |
| X INDAGAÇÕES ACERCA DA INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO PREMATURO E A SÚMULA 418 DO STJ | 287 |
| i. Introdução | 287 |
| ii. Intempestividade do Recurso Prematuro: aspectos gerais | 288 |
| iii. Obrigatoriedade de ratificação do REsp e a Súmula 418. Indagações necessárias | 295 |

| | |
|--|----------------|
| XI VARIÁVEIS ACERCA DO CABIMENTO DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO MANDADO DE SEGURANÇA | 305 |
| i. Colocação do tema | 305 |
| ii. Partes no mandado de segurança | 306 |
| iii. Litisconsórcio, assistência e <i>amicus curiae</i> no mandado de segurança: variações sobre o tema | 311 |
| a. O beneficiado pelo ato impugnado. Sua posição do mandado de segurança | 311 |
| b. A assistência e <i>amicus curiae</i> no mandado de segurança | 314 |
| XII OBJETO LITIGIOSO DO PROCESSO: REFLEXÕES SOBRE O TEMA | 323 |
| i. A cognição judicial e a formação dos procedimentos . | 323 |
| ii. O objeto litigioso e sua ligação com o estudo das questões, da preclusão, da coisa julgada e da declaração incidente | 327 |
| iii. Objeto litigioso e o conceito de mérito | 344 |